

Muitas dúvidas no horizonte econômico

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – Tudo é incerteza. Não há quem, no país, possa dizer com segurança como estará a economia nos próximos dias. Nem no governo. Desde a opção pelo regime de livre flutuação da taxa de câmbio, que até sexta-feira havia provocado uma desvalorização do real frente ao dólar de 41%, o governo entrou numa faixa de alto risco, expectativas pessimistas e dúvidas quanto ao próprio destino do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Francisco Lopes. Na sexta-feira, com a desvalorização indo às alturas, acabou fazendo uma intervenção através do Banco do Brasil. O câmbio é livre, mas não tanto.

A única certeza é que 1999 será um ano muito duro. Deixou de ser delírio prever uma queda de 5% a 6% no Produto Interno Bruto (PIB) e uma taxa de inflação de dois dígitos. O receio de uma indexação dos preços fica muito maior com uma desvalorização de 30% a 40% do que a que se imaginava que ocorreria, de uns 20%, e os juros ainda ficarão altos por algum tempo. Mais empregos serão queimados.

Se ficar, o bicho come – Não que a decisão de deixar o câmbio flutuar estivesse errada. Nove em cada dez economistas estavam convencidos de que a manutenção do regime anterior, de bandas estreitas, câmbio praticamente fixo, era insustentável. Tanto que em apenas 15 dias de janeiro o país perdeu mais US\$ 7 bilhões de reservas cambiais.

Também não estavam errados os que advogavam a necessidade de esperar um momento melhor para deixar o câmbio flutuar. Mas o mercado impôs o momento. O Banco Central foi forçado a sair de um dia para o outro de um regime natimorto de banda larga para a livre flutuação, com intervenções discricionárias do BC, através do Banco do Brasil. Como o equívoco vem de longe, ficou muito mais arriscado corrigi-lo. E vai custar muito caro ao país o governo ter mantido o erro por um par de anos.

“Fernando Henrique vai ter que refundar seu governo”, diz o deputado do PSDB e ex-ministro do Planejamento Antônio Kandir. “Ou ele assume que 99 será um ano especialíssimo na vida brasileira, com todas as consequências políticas de uma ‘economia de guerra’, ou não há alternativa”.

Segundo ele, é impossível sustentar cinco coisas ao mesmo tempo: dívidas interna e externa elevadas, fluxos cambiais (mais dólares saem do que entram) e fiscais (gasto público superior às receitas) muito ruins e taxa de câmbio flutuante. Alternativa: redobrar o esforço fiscal, cortando mais, muito mais, os gastos públicos. “E trabalhar com grande impopularidade e com a base política que estiver disposta a enfrentar isso”, conclui o deputado.

Credibilidade arranhada – Associada a essas dificuldades, há outra. O comando da política econômica ficou ferido na sua credibilidade. Sustentou a sobrevalorização da

moeda por quatro anos, usou a taxa de juros a serviço da defesa dessa política cambial à exaustão e, na primeira tentativa de mudança, ofereceu uma desvalorização de quase 9% ao mercado. Mal recebida, a decisão de operar com bandas largas teve que ser imediatamente substituída pela livre flutuação, deixando a impressão de improviso. “Tentamos fazer a transição pela banda diagonal endógena, mas não deu certo”, admitiu o presidente do BC, na sexta-feira. “Sempre achamos que nosso regime cambial estava andando bem, mas não conseguimos mudar a opinião do resto do mundo”, completou. Francisco Lopes e Pedro Malan ficaram sós. E se ressentem, também, da falta de bons operadores, de quem conheça os truques do mercado, no governo.

Quando reina a dúvida, os agentes econômicos entram em surto. Só houve uma certa calma na sexta-feira porque o BB ofertou dólares.

Cenários possíveis – Na incerteza, os cenários traçados pelos analistas econômicos vão da possibilidade de, se tudo der certo, o país entrar no círculo “virtuoso” do crescimento antes do final deste ano, até, se nada der certo, o “caos”. E o caos seria marcado pela moratória da dívida interna, na casa dos R\$ 360 bilhões, centralização do câmbio no BC, que corresponde também a uma moratória da dívida externa, alta inflação e os quatro anos passados jogados fora. O mais provável é que nem o paraíso esteja tão próximo nem o inferno seja inevitável.

Com a injeção cambial na veia dos exportadores, as vendas externas vão ter um impulso extraordinário. Há setores que poderão dobrar suas vendas ao exterior e isso é o que vai dar algum oxigênio à economia, agora em estado de paralisia total. Mas é preciso que voltem as operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). As importações, mais caras, vão despencar e o superávit de US\$ 2,8 bilhões previsto no acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode até dobrar. Com isso, colocam-se as contas externas nos eixos e o déficit nas contas correntes, de US\$ 35 bilhões no ano passado, minguará.

O Congresso vai aprovar as medidas fiscais que podem garantir algum superávit primário nas contas do setor público este ano e o governo vai acabar de arrematar as empresas estatais. Com a privatização do que ainda resta – energia e saneamento –, espera-se amealhar dólares para financiar as contas externas e fazer caixa internamente. Mas para mudar o regime fiscal do país isso não basta. O ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega lembra que, para dar ao país uma verdadeira âncora fiscal, com ordem nas contas públicas, ainda serão necessárias outras reformas. Ele estima que esse seria um processo só consolidado lá pelo ano 2001. Isso, sem esquecer todo o problema dos estados, que renegociaram suas dívidas, deixaram um enorme passivo nas mãos da União, e agora estão com dificuldades de cumprir as regras do acordo de refinanciamento.

Fotomontagem de Bruno Cavalieri

